



COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

REQUERIMENTO Nº , de 2025

(Do Sr. Daniel Almeida)

Requer o aditamento do Requerimento nº 25/25, de modo a incluir a discussão das consequências, para o consumidor, da liquidação do Banco Master decretada pelo Banco Central do Brasil.

Senhor Presidente,

Requeremos, com base no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o aditamento do Requerimento nº 25/25, de modo a incluir a discussão das consequências, para o consumidor, da liquidação do Banco Master decretada pelo Banco Central do Brasil, incluindo o expositor abaixo listado:

- Luiz Augusto Santos Lima, Subprocurador-geral da República e Coordenador da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (Consumidor e Ordem Econômica);

- Representante do Fundo Garantidor de Crédito - FGC

JUSTIFICAÇÃO

A Comissão de Defesa do Consumidor aprovou, em 09/04/25, requerimento de minha autoria destinado a discutir a compra, pelo BRB, de 58% do Banco Master. À época, a controversa operação chamou atenção do mercado financeiro e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que apontou a concentração da carteira do Banco Master em precatórios, ativos sem liquidez, o que agravava as incertezas em torno da aquisição.



Cerca de seis meses após o anúncio da aquisição, a diretoria colegiada do Banco Central negou, de forma unânime, a compra do Banco Master pelo BRB por 'falta de viabilidade econômica'. A rejeição pela autoridade máxima do setor financeiro, porém, não pôs um ponto final às questionáveis operações do Banco Master, que passou a oferecer produtos financeiros com remunerações muito acima do padrão, como os CDBs emitidos pela instituição.

As suspeitas do Banco Central iam ao encontro das investigações da Polícia Federal, que começaram em 2024, após uma requisição do Ministério Público Federal. O objetivo era apurar a possível "fabricação" de carteiras de crédito falsas pela instituição financeira.

A recente liquidação do Banco Master decretada pelo Banco Central do Brasil e a prisão de Daniel Vercaro, dono da instituição, tornam mais grave a situação dos milhares de correntistas e investidores, que agora veem suas economias ameaçadas por uma gestão temerária e fraudulenta.

A existência do Fundo Garantidor de Crédito (FGC), que oferece seguro com cobertura de até R\$ 250 mil por CPF ou CNPJ por instituição, não é uma solução que contemple valores que excedem esse limite, obrigando os correntistas a entrarem na fila da liquidação — tanto no caso de depósitos quanto de aplicações protegidas, como CDBs, RDBs e LCIs/LCAs.

Dessa forma, torna-se imperativa a realização da audiência pública, bem como a ampliação do escopo original da discussão. Solicito, portanto, a este colegiado o apoio para aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, em 24 de Outubro de 2025

Deputado DANIEL ALMEIDA

